

LIGHT 2013

Fechamento do ACT depende da empresa

Assembléia limpa a pauta e repassa à empresa a responsabilidade pelo fechamento do ACT

Na Assembléia representativa realizada na noite do dia 13 de junho, trabalhadores(as) da Light demonstram toda sua maturidade ao aprovarem a maioria das cláusulas constantes da pauta de reivindicações e já consensadas na Assembléia anterior e entre as direções do Sindicato e da empresa, mas definiram, também, as pendências que impedem o fechamento do ACT, por serem insuficientes, a saber:

- Reposição integral da inflação do período
- Aumento real
- Abono
- Família de cargos
- PLR
- Auxílio refeição/alimentação
- Cesta natalina
- Auxílio creche



Ato contínuo, a direção do Sintergia enviou ofício à empresa comunicando a decisão da Assembléia e solicitando a marcação de nova rodada de negociação para discutir as pendências.

Ao receber o ofício, a empresa já agendou nova rodada de negociação para o dia 18 de junho, às 11 horas e por isso estaremos convocando nova Assembléia.

Assembléia

Dia 18 de junho de 2013, às 18 horas

No Auditório do Sintergia

Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br

CUT impede votação do PL da terceirização

Com a sala tomada por militantes da CUT, os parlamentares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) resolveram na tarde desta terça (11) adiar para 9 de julho a votação do Projeto de Lei 4.330/2004, que regulamenta a terceirização.

A decisão é mais uma vitória das centrais sindicais. Pela manhã, em reunião com o governo federal (clique aqui para ler), ficou acertado que o Executivo irá dialogar com parlamentares e empresários para construir uma mesa quadripartite de negociação capaz de definir uma proposta consensual ao PL.

Para os trabalhadores, o projeto de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) e relatoria do também deputado Arthur Maia (PMDB-BA) representa um imenso retrocesso, ao permitir a terceirização na atividade-fim da empresa – a principal –, possibilitando, assim, que atue sem qualquer funcionário contratado diretamente. Além disso, praticamente extingue a responsabilidade solidária, aquela em que a tomadora de serviços fica responsável por quitar obrigações trabalhistas não cumpridas pela terceirizada.

Com a fragmentação do quadro de trabalhadores, o texto ainda joga a favor da fragilidade da representação sindical, tudo o que muitos empresários anseiam.

Presente na sessão desta terça na Câmara, o presidente da CUT, Vagner Freitas, destacou a mobilização das centrais, mas ressaltou que agora a missão é unificar a base para pressionar os parlamentares a aprovarem um projeto que não jogue a favor da precarização.

“Nós temos uma negociação com o governo num prazo semelhante à volta do PL para a Comissão e isso nos dá a chance de dialogar com os trabalhadores e fortalecer nossa posição. Daqui um mês, quando vier para votação, teremos construído uma proposta quadripartite e faremos com que nossa visão saia vitoriosa”, disse.

Secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, também defendeu a necessidade de estreitar a discussão internamente e com as outras centrais.

“Temos aqui uma grande vitória, mas precisamos aprofundar nossa unidade. Vamos continuar o debate sobre esse tema, tanto na próxima reunião de secretariado quando na direção nacional da CUT, para estabelecermos quais pontos podemos negociar e sobre quais não aceitamos acordo. Precisamos repetir neste próximo mês a unidade que demonstramos aqui”, afirmou.

Escrito por Luiz Carvalho para a CUT nacional
